



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXI — Nº 67

QUARTA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 1976

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 60, DE 1976 (CN)

Da Comissão Mista sobre a Mensagem...
n.º 51, de 1976 — CN (n.º 130, de 1976, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.468, de 12 de maio de 1976, que "reajusta os vencimentos e proventos dos Servidores das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências".

Relator: Senador Italívio Coelho

Com a Mensagem n.º 51, de 1976 — CN, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.468, de 12 de maio de 1976, que "reajusta os vencimentos e proventos dos servidores das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância".

Referido diploma legal concede, de imediato, reajuste de 30% (trinta por cento) nos valores de vencimentos e proventos do pessoal ativo e inativo das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância.

Os vencimentos mensais do cargo em comissão de Diretor de Secretaria, integrante do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, serão os fixados, para o nível correspondente, no Anexo II, do Decreto-lei n.º 1.445, de 13 de fevereiro de 1976; incidindo sobre aqueles valores o percentual de Representação Mensal, que não será considerado para efeito do cálculo de qualquer vantagem, indenização, desconto previdenciário ou proventos de aposentadoria.

É de se salientar que a soma dos vencimentos do cargo em comissão com a respectiva gratificação de Representação Mensal a que o Servidor, designado para exercê-lo, tiver direito, não poderá ultrapassar o valor do vencimento, acrescido da Representação Mensal, fixado para o cargo de Juiz Federal Substituto.

As funções integrantes do Grupo-Direção e Assistência Intermediária, Código JF-DAI-110, têm as gratificações correspondentes reajustadas nos valores estabelecidos no Anexo II do Decreto-lei n.º 1.445, de 13-2-76; sendo que a soma da Gratificação de Encargo de Direção ou Assistência Intermediária com a retribuição do servidor, designado para exercê-la, não poderá ultrapassar o valor do vencimento, acrescido da Representação Mensal, fixado para o cargo em comissão, integrante do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, a que estiver diretamente subordinado.

A escala de vencimentos e respectivas referências dos cargos efetivos do Grupo-Atividade de Apoio Judiciário, código JF-AJ-020, é a constante do Anexo III, do Decreto-lei n.º 1.445, de 13-2-76, na forma do Anexo à matéria examinada.

Os ocupantes de cargos integrantes da Categoria Funcional de Técnico Judiciário, ficarão obrigados à jornada de 8 (oito) horas de trabalho e farão jus à Gratificação de Atividade, instituída pelo Decreto-lei n.º 1.445/76.

As Gratificações pela Representação de Gabinete terão seus valores fixados mediante ato do Conselho da Justiça Federal, consoante os critérios e normas estabelecidos para o Poder Executivo.

Os proventos da inatividade serão reajustados em 30% (trinta por cento), que incidirão exclusivamente sobre a parte correspondente ao vencimento-base, sem reflexo sobre outras parcelas integrantes do provento, ressalvada a referente à gratificação adicional por tempo de serviço.

Aos cargos integrantes de Categorias Funcionais, comuns à Justiça Federal e ao Poder Executivo, aplicar-se-ão os mesmos valores de reajustamentos, critérios de gratificações e condições de trabalho fixados para regular Categorias Funcionais, pelo Decreto-lei n.º 1.445/76.

O Reajustamento de Vencimentos e proventos concedido pelo Decreto-lei, bem assim o pagamento das Representações Mensais e Gratificação de Atividade, vigem a partir de 1.º de março de 1976.

Considerando que as despesas decorrentes da aplicação do texto legal serão atendidas à conta das dotações constantes do Orçamento da União, e que o instrumento utilizado encontra respaldo no art. 55 da Lei Maior, opinamos pela sua aprovação, nos termos do seguinte Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 42, de 1976

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.468, de 12 de maio de 1976.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.468, de 12 de maio de 1976, que "reajusta os vencimentos e proventos dos servidores das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância".

Sala das Comissões, 15 de junho de 1976. —
Deputado Vicente Vuolo, Vice-Presidente, no exercício da Presidência — Senador Italívio Coelho, Relator —

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Secção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor Industrial

Via Superfície:

Semestre

Cr\$ 100,00

Ano

Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre

Cr\$ 200,00

Ano

Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem 3 500 exemplares

Senador Altevair Leal — Senador Henrique de La Roquette — Senador José Sarney — Senador Virgílio Távora — Senador Mendes Canale — Senador Otair Becker — Senador Leite Chaves — Senador Agenor Maria — Deputado Ari Kffuri — Deputado Newton Barreira — Deputado Mário Moreira — Deputado Daniel Silva — Deputado Cotta Barbosa.

PARECER Nº 61, DE 1976 (CN)

Da Comissão Mista, encarregada de exame e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 12, de 1976, que "altera o art. 29 da Constituição Federal".

Relator: Deputado Josias Leite

Visa a Proposta de Emenda à Constituição sob nosso exame restaurar tradição parlamentar brasileira que vigorou de 1934 a 1937 e de 1946 a 1967, portanto durante vinte e quatro anos dos cento e cinquenta e dois anos de vida constitucional e representativa, ou seja, a convocação do Congresso Nacional, não mais por um terço, senão pela maioria da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Tal objetivo seria atendido pelo acréscimo, ao art. 29, § 1.º, da Constituição, da seguinte alínea:

"e) pela maioria absoluta dos membros de uma das Casas do Congresso Nacional ou por uma das respectivas Mesas Diretoras."

Pelo regime do Código Político Supremo de 1824, quando a Assembléia Geral se dividia em Câmara dos Deputados e Senado (art. 14), nas reuniões conjuntas o Presidente deste é que dirigia os trabalhos (art. 22). Caber-lhe-ia, conseqüentemente, a convocação do duplo colegiado, o que, aliás, está explícito no art. 47, § 4.º, dando como "atribuição exclusiva do Senado" e de "convocar a Assembléia na morte do Imperador, para eleição da Regência, nos casos em que ela tem lugar, quando a Regência provisional o não faça".

Eis, tipicamente, um caso de convocação extraordinária da Assembléia, de exclusiva competência do Senado.

O Pacto de 1891 previa, no art. 17 e respectivo § 1.º, Verbis:

"Art. 17. O Congresso reunir-se-á na Capital Federal, independentemente de convocação, a 3 de maio de cada ano, se a lei não designa outro

dia, e funcionará quatro meses da data da abertura, podendo ser prorrogado, adiado ou convocado extraordinariamente.

§ 1.º Só ao Congresso compete deliberar sobre a prorrogação e adiamento de suas sessões."

Tais preceitos não sofreram alteração com o advento da reforma constitucional de 1926 e não há notícia histórica, no regime do Estatuto Básico de 1891, de autoconvocação extraordinária do Congresso Nacional.

Na verdade, somente a partir da Lei Maior de 1934 é que se passou a permitir a convocação extraordinária do Congresso Nacional por um terço de uma das suas Casas, numa tradição relativamente pouco duradoura.

Afinal, o Congresso Nacional é um todo, com um Plenário que soma os componentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Por aquele regime, o mesmo da Constituição de 1946, um terço do Senado — representando menos de um décimo do Plenário do Congresso Nacional — podia convocá-lo, sob o perigo de inexistência de quorum, se na Câmara houvesse discordância, a respeito da convocação.

A Proposta sob nosso exame pretende que a convocação se faça pela maioria absoluta de uma das Casas. Mesmo assim, 37 Senadores, menos de um décimo, ainda, do Plenário, poderiam convocar o Congresso Nacional, em qualquer caso.

De resto, a convocação extraordinária do Congresso Nacional, na atual Carta Magna, far-se-á pelo Presidente da República ou pelo Presidente do Senado, tendo a segunda, como pressupostos o estado de sítio ou a intervenção federal.

Face ao exposto, opinamos pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição n.º 12, de 1976.

Sala das Comissões, 15 de junho de 1976. — Senador Dirceu Cardoso, Presidente — Deputado Josias Leite, Relator — Deputado Theobaldo Barbosa — Senador Mendes Canale — Senador Mattos Leão — Senador Otto Lehmann — Deputado Lomanto Júnior — Senador Jarbas Passarinho — Senador Renato Franco — Senador Helvídio Nunes — Deputado Dasso Coimbra — Deputado Parente Frota — Deputado Marcos Tito (vencido) — Senador José Lindoso.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 119ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE JUNHO DE 1976**1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Discursos do Expediente**

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Situação de abandono em que se encontram algumas das mais importantes rodovias do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — Trabalho do Ministério da Educação e Cultura em favor do ensino profissionalizante.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — 25º aniversário de fundação do jornal *Última Hora*.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Atividades da Liga Brasileira contra os Acidentes do Trabalho.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Reivindicação junto à Empresa de Correios e Telégrafos no sentido da construção de novas agências, no Território de Rondônia.

DEPUTADO GOMES DO AMARAL — Apelo às autoridades competentes no sentido de que determinem providências visando o apressamento, da expedição de concessões de certificados de utilidade pública a entidades assistenciais.

DEPUTADO NORBERTO SCHMIDT — Correspondência recebida da Cooperativa de Transportadores Autônomos do Vale do Rio Pardo Ltda., de Santa Cruz do Sul—RS, referente à posição de segundo plano a que estariam relegadas as cooperativas, na regulamentação dos transportes de cargas ora em estudo.

DEPUTADO VASCO AMARO — Indicação recebida do Presidente da Câmara Municipal de Pelotas—RS, referente à necessidade da obrigatoriedade do posicionamento dos canos de descarga dos veículos automotores a óleo diesel.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Reivindicação de Barra de São João—RJ, junto ao Governo do Estado.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Lançamento, em Campinas—SP, da *Nossa Revista*.

DEPUTADO FERNANDO CUNHA — Administração do Sr. Modesto de Carvalho, Prefeito do Município de Itumbiara—GO.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — Ofícios da Liderança da ARENA no Senado

Substituições de membros em Comissão Mista do Congresso.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Designação da Comissão Mista incumbida do estudo do projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 1977.

1.4 — ENCERRAMENTO**2 — ATA DA 120ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE JUNHO DE 1976****2.1 — ABERTURA****2.2 — EXPEDIENTE****2.2.1 — Discursos do Expediente**

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Situação dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, face o baixo vencimento que percebem, em relação aos cargos que exercem.

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — Estabelecimento dos chamados vôos de integração nacional a áreas que especifica.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Artigo de Luiz Carlos Lisboa, publicado no *Estado de S. Paulo*, edição de 26 de fevereiro último, sob o título "Uma espécie que morre", referente à pesca da baleia no Brasil.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Análise do problema da educação e saúde do Vale do Guaporé, no Território de Rondônia.

DEPUTADO NINA RIBEIRO — 25º aniversário de fundação do jornal *Última Hora*.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Posse dos Drs. Álvaro Meina Barreto e José Elias Aloan, respectivamente, na Diretoria das Regionais Norte e Centro-Sul, da Associação de Hospitais do Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Solução ao problema rodoviário do centro-norte fluminense, com vista ao desenvolvimento do Município do Carmo.

DEPUTADO FERNANDO CUNHA — Apelo ao Banco do Brasil, no sentido da não suspensão do incentivo aos insumos básicos a produtores em débito com o Banco.

DEPUTADO JOAQUIM BEVILÁQUA — Considerações sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 4/76, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 4/76, que dá nova redação à alínea a, do § 1º, do art. 15, da Constituição Federal. **Votação adiada por falta de quorum.**

2.4 — ENCERRAMENTO**SUMÁRIO DA ATA DA 111ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 8-6-76***Retificação*

Na publicação feita no DCN de 9-6-76:

Na página 1.540, 1ª coluna, no item 1.2.1 do Sumário, **Discursos do Expediente**,

Onde se lê:

DEPUTADO ALCIDES FRANCISCATO — Portaria da FEPASA segando aceitação, para despacho, a qualquer tipo de mercadoria ou de embalagens.

Leia-se:

DEPUTADO ALCIDES FRANCISCATO — Portaria da FEPASA negando aceitação, para despacho, de qualquer tipo de mercadoria ou de embalagens.

ATA DA 119ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE JUNHO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 11 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Heitor Dias — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Itálio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

E OS SENHORES DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossier Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Themístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcellio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brídido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darclio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Leó Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa

Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Níja Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Ábi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Júnior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novas — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goias

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão —

MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paragassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 349 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Lendo o tradicional *Diário da Manhã* de Passo Fundo e outros órgãos da região, sente-se de perto o abandono em que se encontram algumas das mais importantes estradas gaúchas, cuja conservação está a cargo do DNER e do DAER.

A Rodovia Presidente Kennedy, uma das mais importantes do Brasil, há tempo que não vem recebendo os cuidados que merece. No trecho entre Estrela e Porto Alegre já deveria ter sido iniciada a segunda pista, pois a atual já não comporta o número de veículos que trafegam e se cruzam.

Mais do que as nossas palavras, no entanto, deixemos que o *Diário da Manhã* relate o que vem ocorrendo e as providências urgentes que estão sendo solicitadas:

Kennedy novamente abandonada

Desta forma, a rodovia Presidente Kennedy, uma das mais importantes do sul do País, onde se registra o mais elevado índice de acidentes do Estado (só no primeiro trimestre deste ano, nela se verificaram 119 acidentes), voltou ao alarmante abandono de antes da vinda do efetivo motorizado.

Entrevista com o Comandante

A reportagem do *Diário da Manhã* em breve, deverá procurar o comandante do 3º Pelotão de Polícia Rodoviária,

1º Tenente Dilnei Moraes Carpes, para uma entrevista que, com certeza, nos fornecerá.

Oportuna campanha

Entretanto, já que os poderes públicos se mostram incapazes de resolver o problema, ou omissões, este Jornal, conhecedor das meritórias atividades dos clubes de serviços, principalmente o Lions Clube Centro — que, dinâmico, sempre acolheu as boas causas e trabalhou em favor do bem comum —, apela para que tomem a si o encargo de promover a construção do necessário quartel para a Polícia Rodoviária. Desta forma, com certeza, Passo Fundo daria um verdadeiro exemplo da força comunitária que possuem seus clubes de serviço.

Temos recebido constantes reclamações de moradores da vizinha cidade de Marau e mesmo de Passo Fundo, no que diz respeito à morosidade com que vem sendo realizados os trabalhos na rodovia estadual que interliga este município com o vizinho. Em vista destes fatos, a reportagem do **Diário da Manhã** procurou o Dr. Fernando Heineck, Engenheiro Residente do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem nesta cidade, o qual vem desempenhando sua função frente a 6ª Residência com muito empenho e dedicação.

Alargamento e Restauração da Pista

Segundo declarações do Dr. Fernando, os trabalhos de restauração da RS-324, Passo Fundo-Marau, foram iniciados ainda em 73, com os serviços de alargamento da pista que anteriormente tinha apenas 6 metros de largura, sem acostamento. Para a conclusão dessa melhoria em toda a estrada faltam apenas 3 km próximo a cidade de Marau, sendo que paralelamente a estes serviços, o DAER está efetuando o corte do leito da estrada onde a mesma apresenta deformações. Esse trabalho consta de uma recomposição da pista que está afundando em determinados trechos, de maneira a formar buracos que prejudicam o trânsito normal de veículos (as máquinas retiram o asfalto estragado, recolocando material novo).

Serviços a Terceiros

A paralisação a que nos referimos anteriormente e que é motivo de queixa por parte nossos leitores, segundo o engenheiro residente do DAER em Passo Fundo, foi motivada por serviços efetuados a terceiros em 75 (autorizados pela direção do órgão em Porto Alegre), os quais exigiam a retirada de maquinários e equipamentos que faziam os trabalhos na pista, causando conseqüentemente o atraso nas obras. Os serviços efetuados a terceiros a que se refere o Dr. Fernando, foi a construção da rodoviária de Passo Fundo acesso ao Campus da UPF, asfaltamento do Kartódromo desta cidade, pavimentação do pátio do Colégio Fagundes dos Reis e do Alberto Pasqualini, além de melhorias no campo de esportes do 3º RPFMon e recapeamento de diversas ruas da cidade em auxílio à Secretaria de Obras da Municipalidade.

Obras concluídas este ano

Referindo-se à RS-324, o entrevistado informou que além do alargamento da rodovia, já foi efetuado o recapeamento com concreto asfáltico (6 cm de espessura) em 7 quilômetros de estrada, no trecho compreendido entre os km 9 e km 16, cuja obra será estuada primeiramente até Marau, e após em direção a esta cidade, sendo que sua conclusão está prevista ainda para o decorrer deste ano. Informou outrossim que sobre o recapeamento será efetuado um tratamento superficial com lama asfáltica a fim de impermeabilizar o leito da rodovia, tendo o mesmo sua conclusão prevista também para este ano, o mesmo acontecendo com a sinalização

horizontal e vertical (faixas e placas de sinalização) que serão colocadas tão logo esteja concluída a reforma, dando-se por concluídos os trabalhos.

2.000 veículos por dia

A paralisação na obra aconteceu somente no ano passado, segundo afirmou o Dr. Fernando Heineck, pois, já a partir de 15 de janeiro de 76 os trabalhos sofreram uma sensível aceleração. Salientou ainda que a sinalização do local das obras está muito bem feita, se levarmos em consideração que pela estrada passam cerca de 2.000 veículos diários, afirmando que todos os acidentes que vêm acontecendo na RS-324."

Endossamos integralmente as informações e os apelos do **Diário da Manhã**, no sentido de que as justas reivindicações dos queixosos sejam atendidas o quanto antes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nossier Almeida.

O SR. NOSSER ALMEIDA (ARENA — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A meta do ensino profissionalizante, que tem recebido decisivo apoio e estímulo do Ministro da Educação e Cultura, Sr. Ney Braga, corresponde a uma das iniciativas mais expressivas do Governo Revolucionário.

Sem dúvida, o simples curso ginásial, envolvendo matérias teóricas, com apenas garantia de acesso ao ciclo imediato, representava, inegavelmente, um vácuo no atual quadro de circunstâncias, quando o nosso País — já em plena etapa de industrialização — exige mão-de-obra especializada, também em nível médio.

Por isso mesmo, o Ministério da Educação e Cultura agiu com alto espírito público, instituindo o curso profissionalizante, e ensinando aos jovens a oportunidade de se tornarem capacitados para uma profissão técnica, que não somente lhes garante estabilidade econômica, como institui, ainda cedo, o método do trabalho, como abertura para a própria carreira universitária, desde que esse pensamento represente um ideário comum.

Há vários exemplos de moças que, cursando o ensino médio em escola profissionalizante, adquirem a virtude da afirmação da personalidade, pois já dispõem, de condições de competir com o mercado de empregos, como cidadãos vitoriosos.

Evidentemente, o Brasil saiu de uma idade romântica, em que os jovens, quase sempre, demoravam-se por muito tempo cumprindo um curso de humanidades, absolutamente desfigurado de qualquer aspecto tecnológico.

E esta foi uma fase que se estendeu por muito tempo, em que o ócio tendia a superar o estudo, sem que um campo de ocupações efetivas pudesse absorver jovens forças de trabalho.

O Ministro Ney Braga, com sua visão histórica, dimensionou essa problemática social, prestigiando e revigorando o esquema do estudo profissionalizante, que se sintoniza perfeitamente com a atualidade sócio-econômica brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

"Há 25 anos, no dia 12 de junho de 1951, a imprensa brasileira receberia o impacto de uma renovação. Era o lançamento da "Última Hora". Samuel Wainer realizava, com uma equipe de grandes profissionais, um sonho acalentado durante anos. Mesmo sem saber quando e como poderiam colocar nas ruas o jornal, a equipe, quase toda vinda dos Diários Associados, já tinha o nome escolhido. Era um segredo

que só eles sabiam. A partir do lançamento da UH, começou a revolução na imprensa brasileira, que hoje continuamos, com a apresentação da edição de UH — Domingo, com mais recursos técnicos que em 1951 e com o mesmo espírito dos pioneiros, sempre preocupados em fazer um bom jornal, a serviços da população e voltado para os interesses nacionais.

Getúlio Vargas acabara de assumir o governo, desta vez eleito pelo voto popular. No centro da cidade, a avenida que tem o seu nome ainda era criticada por muitos por suas enormes dimensões que lhe davam a impressão de um imenso vazio que jamais seria ocupado pelo tráfego. Ao longo desta avenida — com exceção das proximidades da Candelária onde já existiam alguns arranha-céus — alinhava-se o casario baixo, construído no início do século ou terrenos baldios, resultantes das desapropriações necessárias à sua construção.

Na Praça Onze, ainda o centro do carnaval, contrastando com as casas velhas e mal conservadas ou com os quase vinte andares do “Balança mais não cai”, uma construção arrojada e de linhas harmoniosas, fruto do gênio do arquiteto Afonso Eduardo Reidy, autor de outros projetos famosos como o do MAM e do Aeroporto Santos Dumont, com apenas 4 pavimentos e especialmente projetado para abrigar um jornal, surgia o mais novo órgão da imprensa carioca: “Última Hora”, fundada por Samuel Wainer. Ali, na manhã de 12 de junho de 1951, Dia dos Namorados, saía às ruas pela primeira vez um jornal tão revolucionário quanto o prédio que lhe servia de sede. Este, nas suas colunas imponentes, na sua fachada de cerâmica azul e no seu terraço arborizado, onde o restaurante em forma sinuosa era decorado com painéis de Di Cavalcanti, contando a história da imprensa brasileira, mostrava em tudo a preocupação do arquiteto, não só com a funcionalidade mas também com a estética do edifício.

Com o título impresso em azul, algo totalmente novo para a época, a diagramação vertical, as páginas abrindo grandes fotos e em cores, nas chamadas e no suplemento. As setas indicavam os assuntos mais atuais, fartamente ilustrado. O novo jornal no seu primeiro dia já saiu com duas edições.

A primeira advertia para a tragédia próxima dos trens da Central. Fotos ilustravam o estado precário de trilhos e dormentes e a manchete em tipos fortes advertia: “Nova Tragédia”. Em destaque ainda na primeira página, a transcrição da carta de congratulação de Getúlio ao novo jornal carioca.

A segunda edição, que saiu às ruas às 16 horas, diferia da primeira apenas na matéria central e na charge de Nássara, em homenagem ao Dia dos Namorados. A “Nova Tragédia” foi substituída por uma entrevista feita por Medeiros Lima com o General Canrobert. O suplemento, onde várias histórias em quadrinhos foram criadas ao longo dos anos a segunda edição do primeiro número também já trazia.

Mas não foi só em seu primeiro número que “Última Hora” revolucionou a imprensa da época. Nas semanas, meses e anos seguintes o jornal foi pioneiro em muitas outras inovações. Pela primeira vez, por exemplo, a cobertura esportiva passou a ser feita em todos os seus ângulos. Em lugar das tradicionais fotos paradas com os times formados em pose clássica — o técnico, o massagista e os jogadores da defesa de pé com os braços cruzados, e na frente, agachados, os 5 atacantes e o indefectível “mascote” do clube — ou os craques com a bola debaixo do braço e quando muito uma foto de um gol já consumado, os fotógrafos de “Última Hora” faziam um verdadeiro filme dos 90 minutos do jogo. A edição das segundas-feiras selecionava os lances mais

importantes e compunha páginas gráficas que naquela época em que a TV ainda engatinhava, dava ao torcedor a oportunidade de ver o jogo em todos os seus detalhes mais importantes.

UM JORNAL LABORATÓRIO: FORMOU VÁRIAS GERAÇÕES

O fotógrafo Jader Neves, que teve suas seqüências do acidente de Alvaro Niemayer comprado pelo “Paris Match”, declarou:

“O nome que eu tenho hoje devo a UH. Foi por lá que fiz as viagens internacionais cobrindo a queda de Perón, as excursões do Flamengo e ainda uma Copa do Mundo — a de 1954, que me profetaram.

Joel Silveira que ao lado de Jader Neves formou uma dupla famosa do jornalismo, relembra o tempo do FLAN, do qual foi produtor:

— O FLAN era um semanário que saía aos domingos, fazendo um resumo das notícias mais importantes da semana, e as analisava especialmente para aqueles leitores que não tinham muito tempo de ler o jornal nos dias úteis. Octávio Malta ainda acrescentou: “UH nasceu para renovar, não só no aspecto técnico como também no social. Foi através dela que uma série de reformas econômicas como a criação da PETROBRÁS, cuja história está registrada em suas colunas, e outras campanhas sociais foram feitas”.

Edmar Morel ainda adianta:

Para fazer a célebre reportagem das catacumbas policiais, tivemos, por exemplo, a colaboração de mais de vinte pessoas, inclusive, dos fotógrafos Jader Neves, Paulo Reis, Galvão e Raimundo Maia.

Nos seus 25 anos de existência UH projetou jornalistas que ainda hoje figuram entre os mais importantes do País. Alguns dos seus profissionais alcançaram os mais altos cargos públicos, como foi o caso do seu redator de economia, João Pinheiro Neto, que chegou a Ministro do Trabalho. Outros, que começaram em suas páginas desde o primeiro número, comentando sobre cinema ou teatro, viraram nomes famosos em nossas letras, como Vinícius de Moraes e Marquês Rebelo. Sérgio Porto, o “Stanislaw Ponte Preta”, introduziu o humor fino e inteligente nos jornais diários.

Alguns profissionais que viram UH nascer desde o primeiro número, agora no seu 25º aniversário prestam depoimento sobre a vida do jornal. Octávio Malta, que organizou a redação de “Última Hora” e ali trabalhou até 1971, declarou emocionado: “Última Hora” não é apenas uma fase, não são 25 dias, são 25 anos, o que na realidade representa 1/4 de século de História. UH pertence pois a História e hoje isto tem mais significado do que falar das pessoas.”

Outros, como Paulo Silveira, falam do seu orgulho de ter trabalhado em UH, lembrando com saudade a velha equipe e o tempo em que a redação era um festa.”

Muitos dos seus antigos profissionais hoje 25 anos depois não puderam dar seu depoimento. Alguns longe fisicamente outros geograficamente. Augusto Rodrigues, chargista político de UH, relembra ainda hoje o seu famoso desenho do “SPUTINICK” ou a caricatura quando Chaplin foi expulso dos Estados Unidos:

— Eu fiz o Chaplin de pé ao lado da Estátua da Liberdade. Em baixo, a legenda: “Eu não sei de onde conheço esta senhora.” Esta caricatura saiu na 1ª página de UH em seis colunas.”

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Uma das grandes preocupações públicas de todos os povos civilizados demora na instituição de meios e métodos que possam, com eficiência, tornar infinitamente pequenos os acidentes do trabalho, cuja larga ocorrência tanto custa em prejuízos humanos e materiais.

Estatísticas mundiais comprovam que o número de homens-hora perdidos para a produção e para o desenvolvimento, em função dos acidentes do trabalho havidos, embora modernamente já muito diminuídos por medidas preventivas e acauteladoras, pesa demasiadamente na economia nacional de todos os países.

Todos sabemos que a nossa legislação trabalhista, reconhecida, progressista, dedica especial carinho ao problema, formulando inclusive as bases legais para que as empresas cuidem obrigatoriamente dos aspectos vinculados à segurança e higiene do trabalho, assegurando ao trabalhador, pelo menos, aqueles mínimos sem os quais a sua atividade pode resultar em danos humanos.

Assim, todo e qualquer esforço, oficial ou particular, que se desenvolva em favor de uma atuante política de segurança que vise a evitar os acidentes do trabalho, está a merecer o respeito e o apoio de toda gente.

Daí por que, Sr. Presidente, tomando conhecimento de uma publicação recém-recebida e que tem por título: "Incentivar premiando, tem sido a nossa missão", dada a público pela Liga Brasileira contra os Acidentes do Trabalho, quero, por dever do meu mandato, não só dizer do mérito daquele trabalho, que é realmente estupendo, como desejo, ainda, trazer o meu público louvor a quantos, associados naquela entidade, tão dedicadamente servem aos trabalhadores e ao Brasil.

A Liga Brasileira contra os Acidentes do Trabalho atua efetivamente em duas frentes — junto às empresas e junto aos operários. Para os trabalhadores, dedica atenções especiais, sobretudo buscando conscientizá-los da necessidade de trabalharem em segurança, garantindo-se em sua integridade física e funcional para a garantia mesmo de suas famílias. Alerta-os, a todos, para os perigos a que podem estar sujeitos, ensinando-os a defenderem-se, em benefício também de seus salários e do conteúdo da produção, que tanto interessa ao desenvolvimento do País.

Quanto aos empresários, a Liga ajuda-os e estimula-os, seja com ensinamentos práticos e teóricos, seja, ainda, premiando anualmente as companhias que apresentam os menores índices de acidentes do trabalho e que mais se destacam pela utilização correta de métodos capazes de impedir que tais acidentes venham a ocorrer.

Bastaria esta síntese para justificar o público louvor que venho fazer à Liga Brasileira contra os Acidentes do Trabalho, superiormente presidida pelo Dr. Francisco Nobre de Lacerda Filho, um eterno idealista do bem-comum, e cujos serviços destaco, convencido de que tudo quanto se possa fazer pelo trabalhador brasileiro, por sua segurança e por seu conforto, é e será sempre obra abençoada por Deus.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Formulamos apelo à Direção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — ECT, para que se aparelhe no Território de Rondônia para melhor atender a seus usuários.

Faz-se urgente que a ECT construa prédios para suas agências, em Vilhena, Pimenta Bueno, Espigão D'Oeste, Cacoal, Vila Médici, Vila Jaru, Vila Ouro Preto, Ariquemes e Vila Rondônia, todas localizadas na faixa da BR—364, com grande incremento populacional.

Nessas localidades, a ECT vem atendendo com grande precariedade nos postos de coleta de correspondência, às vezes em casas de pessoas abnegadas, cedidas até sem ônus, que se dispõem a coletar a correspondência para o seu devido encaminhamento.

Para as agências criadas e codificadas como Vilhena, Pimenta Bueno, Cacoal, Vila Rondônia, até hoje não se fizeram os prédios para o adequado atendimento ao público, sempre numeroso. A Linha Tronco Nacional atende com êxito Rondônia, mas não basta que os caminhões se dirijam cheios de correspondência ao Território. É preciso que essa correspondência, ao chegando, tenha instalações onde possa ser acondicionada com segurança. E é preciso mais: que as cartas sejam entregues, pois nas cidades da BR—364 não existe carteiro, e a correspondência é procurada no posto, ou agente, instalado precariamente, ou é devolvida. Há casos de pessoas conhecidas na localidade que têm suas cartas devolvidas, que, por lapsos, não foram ao Correio, e estando ali a correspondência por determinado prazo, sem ser procurada, ela é devolvida ao remetente. Não existe qualquer sistemática de entrega de cartas na região. Em matéria de Correios, na faixa da BR—364, o que existe é feito pelo próprio povo, desde as instalações até a entrega da correspondência, que deve ser procurada nos postos precariamente instalados.

É preciso conferir prioridade aos Correios no Território de Rondônia, equiparando a sua expansão à da Telefonia.

A maioria da população ainda recorre às cartas ou telegramas por ser o meio de comunicação mais barato. A grande maioria não pode pagar telefonemas urbanos.

É um avanço a obra da TELERON na região, com prédios modernos em todas as localidades da BR—364 e mesmo na faixa do Rio Guaporé mas, como disse, a maioria da população de Costa Marques e Abunã, por exemplo, não pode pagar as tarifas de interurbanos. Entretanto, lá foram feitos prédios e instalações para a TELERON, e não existe prédios e nem instalações da ECT. A ECT precisa acompanhar a TELEBRÁS nos serviços dos Correios e Telégrafos em Rondônia.

É preciso assinalar que a TELERON avançou muito no Território, revolucinando as comunicações por telefones microondas; enquanto isso, permanece a ECT na estaca zero, sendo que, em muitas localidades habitadas por populações carentes, as pessoas só podem-se comunicar por cartas e não existe aí uma agência dos Correios. Entretanto, ali já se encontra um prédio moderno, com instalações modernas da TELERON. Louva-se o esforço e o avanço da TELERON, mas condena-se a ausência da ECT, que ainda não se despertou para a realidade de Rondônia, com a ausência ou estagnação de sua expansão na área. É preciso que os Correios criem e executem uma programação de expansão e aparelhamento em Rondônia.

Não é mais possível que o público usuário da ECT prossiga sendo atendido em toscas instalações cedidas ou alugadas em Vilhena, Cacoal, Pimenta Bueno, Vila Médici e Vila Rondônia. É preciso construir prédios para as agências da Empresa na região, com a instalação, inclusive, do Telégrafo via Rádio. A receita da Empresa no Território permite que se faça uma programação de atendimento condizente com o seu público usuário, para a vazão do fluxo de um movimento crescente. São precisos telégrafo e cartas. É preciso equiparar a ECT à TELERON na região, pois, a maioria da população de Costa Marques, por exemplo, usa o telegrama e a carta, uma vez que os telefonemas interurbanos, como disse, são a preços inacessíveis para aqueles de baixa renda.

Transmitimos essas reivindicações da população de Rondônia ao Sr. Ministro das Comunicações e ao Sr. Presidente da ECT, na esperança de termos, em breve, a Empresa aparelhada em nossa região, para bem atender o seu grande público usuário — Comunicação eficiente é progresso!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gomes do Amaral.

O SR. GOMES DO AMARAL (MBD — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Rogamos ao Sr. Ministro da Justiça, assim como a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, determinem o apressamento da regulamentação para a expedição dos Certificados de Utilidade Pública das entidades assistenciais, já que se acumulam naquele Ministério mais de dois mil requerimentos, e há mais de oito meses que não temos autorização alguma da concessão de certificados, em virtude de encontrarmos-nos aguardando a nova regulamentação.

Enquanto isso não acontece, muitas das entidades são prejudicadas, em razão de não conseguirem a liberação da cobertura de sua parcela-cota patronal ligada à Previdência Social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Norberto Schmidt.

O SR. NORBERTO SCHMIDT (ARENA — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Acabo de receber uma correspondência da Cooperativa dos Transportadores Autônomos do Vale do Rio Pardo Ltda., de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na qual se pronuncia sobre o temor, o receio pela regulamentação do transporte rodoviário de cargas que estaria sendo previsto mediante ato do Governo, da Presidência da República.

Na correspondência eles fazem advertência sobre os prejuízos que decorrerão para as Cooperativas, neste caso, porque a regulamentação preveria a distinção de dois tipos de transportes: um das empresas de carreteiros, que seria de linha de carga, e das Cooperativas, que ficariam relegadas a uma inferioridade de simples auxiliares de transporte, sem possibilidade de participar da concessão das linhas de carga.

Esses temores, Sr. Presidente, são justificados porque conhecemos a luta desses trabalhadores, incansáveis, pela grandeza do Brasil, que são os transportadores de carga.

Transcrevo a seguir a correspondência recebida, em que eles manifestam seus temores, devendo esclarecer que correspondência semelhante foi por eles dirigida diretamente à Presidência da República transmitindo o receio de que essa regulamentação venha a prejudicar um direito que realmente já é adquirido, pelos serviços prestados por essa Cooperativa e seus trabalhadores ao Brasil inteiro:

Santa Cruz do Sul, 5 de junho de 1976.

Ilmo. Sr.

Deputado Norberto H. Schmidt
Câmara dos Deputados
Brasília - DF.

Prezado Deputado:

"Gostaria de lembrar, como Presidente da COOTRAVALE — Cooperativa dos Transportadores Autônomos do Vale do Rio Pardo Ltda., que congrega, atualmente, 72 associados, proprietários de caminhões, com previsão de duplicar o seu quadro social em curtíssimo prazo, cooperativa cuja área de ação abrange os Municípios de Santa Cruz do Sul (Sede) Av. Dep. Euclides Kliemann 533, Fone: 22-32-71, Encruzilhada do Sul, Vera Cruz, Venâncio Aires, Candelária, Arroio do Tigre, Sobradinho e Barros Cassal, de cuja região é Vossa Senhoria legítimo representante, que a nossa Cooperativa tem interesse no Projeto a ser encaminhado da "Regulamentação do Transporte Rodoviário de Cargas".

A entidade que presido, assim como outras 20 Cooperativas espalhadas pelo País, pela "Regulamentação" a ser encaminhada, digo submetida, enquadrarão as sociedades cooperativas como simples "Auxiliares de Transporte", o

que fatalmente virá em prejuízo, pois privará as Cooperativas de participar na "Distribuição de Linhas de Carga".

Julgo, salvo melhor juízo, que tal enquadramento (auxiliares de transporte) das Cooperativas, além de injusto é ilegal, pois elas nada mais são que a extensão dos transportadores autônomos organizados, buscando a defesa de seus interesses.

Prevê a "Regulamentação" a concessão e autorização a empresas e carreteiros (autônomos) "de linhas de carga", e as Cooperativas, relegadas a uma inferioridade de "Auxiliares de Transporte", sem possibilidade de participar da concessão de linhas de carga. Qual o motivo? Por que esta discriminação? Queremos, tão-somente, igualdade de tratamento, pois ser cooperativista e cooperativado, é ser organizado, é ter ideal, é buscar a defesa de interesses da classe e da Região do Vale do Rio Pardo.

Peço venia, Senhor Deputado, para dizer, demonstrar, afirmar e justificar, "Se aprovada em seus termos originais", a **Regulamentação Ameaça as Cooperativas**.

O caminhoneiro autônomo transportador de cargas vem lutando há 25 anos para se libertar das garras daqueles que exploram sua mão-de-obra, investimento e risco, sem nada aplicarem como intermediaristas num setor movimentado por valentes profissionais que, de Norte a Sul, transportam o progresso levando e trazendo bens de consumo para todas as comunidades.

Estes heróis da Pátria sempre foram esquecidos pelos poderes públicos, no que diz respeito à valorização de seu trabalho. Os governos sempre deram importância e cobertura aos intermediários porque estes sempre apresentaram produção satisfatória no escoamento e suprimento das mercadorias transportadas, promovendo-se com organização e pessoal especializado no transporte (os autônomos). Mas, muita gente não sabe que a mola mestra de todo o transporte rodoviário do País é o condutor autônomo de veículo rodoviário, esse que é o dono do caminhão, é o motorista que investe e arrisca tudo, banhado de suor na estafa de 18 horas de trabalho diárias ao longo das estradas, sempre sem poder se unir aos demais colegas, dado a sua ausência do reduto de origem; por isso sempre foi difícil a reunião do caminhoneiro sedento de uma organização que ampare sua categoria profissional e seus sagrados interesses de trabalhador.

Enquanto este herói anônimo se movimenta por todos os recantos da Pátria, os intermediários, os grupos, os gabinetes, estão arquitetando planos, motivando pessoas e construindo bretes para manter segura esta classe profissional, que enriquece e sustenta muita gente boa neste País. Este trabalhador sempre resistiu com paciência a esta desconsideração, esperando de Governo para Governo um ato de justiça para seu trabalho tão nobre e edificante; faz tempo que ouvimos falar em campanhas de valorização do trabalhador brasileiro, na distribuição dos lucros e na justiça social em toda plenitude. Esperamos tanto por esse reparo, até que nos demos conta de que já podíamos organizar alguns grupos de caminhoneiros e lutarmos com nossas forças organizando Cooperativas.

Em menos de três anos nosso movimento lançou 20 Cooperativas no País; cooperativas de prestação de serviços em transportes rodoviários, e mais alguns sindicatos do gênero; e a cada dia que passa o movimento toma corpo, nossos órgãos de divulgação empenhados e fiéis, a causa não parou e o caminhoneiro começa a lutar confiante que vai deixar de ser escravo dos intermediários.

Nos últimos 25 anos sofremos lutando; revoltados mas acatando as leis e estribados na esperança e nos homens brasileiros e na justiça social.

Agora nos vem a notícia que foi concluído o estudo sobre a regulamentação dos transportes nacionais, só falta ser aprovado como lei básica; e se for, aí sim, então o caminhoneiro fica oficialmente entregue aos intermediários, pois as cooperativas de transportes ficarão como simples auxiliares das empresas.

Pense, Senhor Deputado. Da vigilância de Vossa Senhoria depende uma classe, várias cooperativas e inúmeros eleitores que também precisam viver.

Saudações Cooperativistas.

Coop. dos Transp. Autônomos do Vale do R. Pardo Ltda. — **Waldemar Erwin Trapp**, Presidente.”

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Vasco Amaro.

O SR. VASCO AMARO (ARENA — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Do prestigioso Presidente da Câmara Municipal da Cidade de Pelotas, lá no meu Rio Grande do Sul, Deputado Pedro Bakini Sobrinho, recebi uma proposição de autoria do dinâmico e combativo Vereador Jader Marques Dias, aprovada por unanimidade naquela Casa, assim como o pedido da minha intercessão junto aos altos órgãos da República, encarregados do setor, no sentido de que os veículos automotrizados impulsioneados a óleo diesel tenham as suas descargas para cima, evitando, assim, que se polua, mais, o ambiente nas grandes cidades e, ainda, os riscos que a fumaça causa nos carros pequenos, embaciando os pára-brisas.

Sr. Presidente, passo a ler, para que conste do meu pronunciamento, a exposição concisa, mas oportuna e brilhante, do Vereador Jader Marques Dias, que é a seguinte:

“O Senhor Presidente da República, no segundo semestre de 1975, assinou decreto regulamentando as atividades industriais no sentido de maior controle da poluição ambiental, já que o problema vem-se agravando de tal maneira, com sérias ameaças para a saúde da população das grandes cidades.

Com referência ao problema da descarga de veículos automotores, movidos a óleo diesel, por enquanto não foi tomada nenhuma providência para coibir certos abusos, o que é de lamentar, e já que é um problema fácil de ser resolvido.

Atualmente, verifica-se grande número de veículos transitando em nossas cidades como em todas as estradas brasileiras, cujas descargas, tiradas lateralmente, oferecem grandes inconvenientes aos pedestres e motoristas.

Nas cidades a população recebe essas descargas no rosto e nas roupas, o que lhes prejudica a saúde e a higiene.

Nas estradas os motoristas de veículos menores recebem essas descargas nos pára-brisas de seus carros, prejudicando sensivelmente a visibilidade, o que contribui para a falta de segurança e para a ocorrência de acidentes com riscos de vidas.

No ano de 1975 encaminhei projeto de lei a esta Casa, propondo a alteração do código de posturas, objetivando a obrigatoriedade da medida ora solicitada. Entretanto, o mesmo não foi aprovado visto faltar amparo legal de âmbito nacional, já que não se poderia legislar sobre veículos procedentes de outros municípios.

Hoje estou encaminhando novo projeto de lei, mas visando somente os ônibus que transitam em nosso município.

Por isso o fundamento do presente trabalho, no sentido somente de que seja dado caráter nacional ao problema, o qual clama por uma solução imediata.

Pede-se urgência.

Sala das Sessões. — **Vereador Jader Marques Dias**, Bancada da ARENA.”

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Barra de São João, distrito de enormes potencialidades turísticas, está atravessando uma fase de estagnação. Carece a cidade de uma política de estímulos aos seus recursos naturais. Se ela existisse, a cidade e toda a imensa orla marítima de nosso Estado ainda não desenvolvida, progrediria a passos largos.

A cidade está a carecer de pequenas obras em grande número. Feitas estas, que não representam elevados gastos, inevitavelmente o progresso atingiria Barra de São João a curto prazo.

Dentre as inúmeras melhorias de que carece a cidade, destacamos as seguintes:

— Água. A crônica falta do precioso líquido prejudica por demais a região. Em 1964 foi construído um reservatório destinado a um abastecimento abundante. Segundo as reclamações de seus moradores, os canos, antigos, não resistiram à pressão e começaram a vazar. A situação continua, e Barra de São João fica sem água. Reparada a rede de abastecimento, tudo voltaria à normalidade, evitando o que ocorre no verão: fuga de turistas, pois um carro-pipa cheio de água chega a custar Cr\$ 300,00.

— Esgotos. Sem esgotos qualquer comunidade tem problemas de toda a sorte. Uma rede para tal fim não representaria muito em termos orçamentários, para uma localidade das proporções de Barra de São João.

— Reconstrução da velha ponte construída em 1952, localizada junto à Barra do Rio São João. Há 10 meses, aproximadamente, ruuiu um de seus vãos. O local, de grande e rara beleza, ficou sem acesso. Obra que não exige grandes recursos, poderia ser feita em pouco tempo.

— Grupo Escolar Santa Maria, da rede escolar estadual ameaça desabar. Suas condições são realmente precárias. Há mais de 10 anos não recebe reparos nem serviços de conservação. Há canos arrebentados, banheiros em mal estado, vidros quebrados, paredes avariadas. O número de salas é insuficiente para a demanda de alunos. Os bancos e as carteiras, avariadas, prejudicam a missão dos professores e o aproveitamento dos alunos.

Postos de Saúde Estadual — atende somente 3 vezes por semana. Tal situação deixa a população em dificuldades. Ademais, faltam medicamentos e material de consumo.

Não há serviço médico volante nem qualquer outra assistência aos trabalhadores rurais.

— Telefones, o serviço é muito precário ainda. Não há aparelhos automáticos.

— Loteamentos. Empresas e particulares que se dedicam à especulação imobiliária, têm prejudicado Barra de São João. Fazem loteamentos sem cumprimento das exigências do Decreto 58. Tal fato vem agravando as condições sanitárias do local, já que não contam com água, luz, esgoto, telefone, etc. Os lotes são vendidos e os problemas transferidos para a Administração Pública.

— Pavimentação. Rua de terra, além de não oferecer conforto ao povo local, afasta o turista. Quando chove, há lamaçais. Na época de estio, muita poeira. Sendo a área urbana de pequenas proporções, com pequena despesa se pavimentaria toda a periferia central.

Segundo se pode observar em contato com a população de Barra, sua maior reivindicação em termos de estrada é a pavimentação da RJ-162, que liga Barra—Rio das Ostras—Rio Dourado. Tal empreendimento ligaria a RJ-106 à BR-101, onde está localizada a sede do Município.

É de lamentar-se tenha sido derrubado o prédio da antiga sede da Prefeitura. Construção em puro estilo colonial, de inestimável

valor arquitetônico, merecia ter sido preservada. Constituiu-se no mais valioso patrimônio artístico local. Aliás, inúmeras outras construções de grande valor histórico e artístico vêm sendo destruídas, sem que nada se faça para preservá-las.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, muito mais se poderia falar a respeito de São João da Barra e de suas legítimas aspirações. O tempo não nos permite continuar enumerando as necessidades prioritárias dessa simpática comunidade fluminense. Mas aqui fica nosso apelo ao Sr. Governador do Estado e ao seu Secretariado. O que nos foi dado observar e apresentar nesse rápido pronunciamento, deixamo-lo como apelo e sugestões às dignas autoridades de nosso Governo, sempre prontas e solícitas em atender às justas reivindicações de nossas comunidades.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Acaba de aparecer em Campinas a revista de João Balan, velho, querido e respeitado jornalista-fotógrafo daquela cidade. É a **Nossa Revista**. Tem a colaboração de J. Campos, Jolumá Brito, Júlio Mariano, João Lanaro, João S. Serra, Bráulio Mendes Nogueira e Marco Antônio Ghilardi. A produção gráfica é de Antônio Carlos Mícoli e o correspondente em São Paulo é Walter Faria de Queirós.

Tenho em mãos o número zero do ano I de **Nossa Revista**. São 48 páginas de informações preciosas e de reportagens fotográficas, tudo ralacionado com Campinas. Aliás, Campinas estava, de há muito, a merecer uma revista assim, dedicada só aos assuntos campineiros, para tratar só de Campinas, direta ou indiretamente.

Nossa Revista, Sr. Presidente, não nasceu de afogadilho. Foi gerada em anos de esperança. A mão de João Balan, ora escrevendo, ora disparando uma câmara fotográfica com bastante arte, foi semeando aqui e ali palavras e imagens. "Palavras, os ventos as levam", diz o ditado. E o vento foi levando as palavras de João Balan e as foi depositando num só lugar. Só que as palavras que João Balan escrevia tinham vida e foram germinando vagarosamente, discretamente. Cada fio de cabelo que branqueava ou desaparecia de sua cabeça era uma palavra que germinava, compondo um pouco do sonho que ele acalentava há muitos, muitos anos: ter uma revista sua, só sua. De repente, o sonho se tornou realidade e se cumpriram mais uma vez as palavras sábias de S. Paulo Apóstolo: "Tudo o que o homem semear, isso ele ceifará". João Balan semeou palavras e colheu uma revista! A **Nossa Revista**.

Não posso resistir à tentação, Srs. Congressistas, de transcrever aqui pelo menos um pouco da poesia suave com que João Balan compôs a apresentação da sua revista, aliás da **Nossa Revista**. Eis aqui:

"Durante muitos e muitos anos, labutei na imprensa, imaginei páginas que se vestiram da cor negra das tintas de uma linotipo ou de uma impressora. Fiz memoráveis reportagens e publiquei-as em tantos jornais, sem, contudo, saber que elas tivessem se transformado no que mais eu desejava. Agora, não. Aqui está a **Nossa Revista**. Simples, modesta, trazendo em suas páginas nomes que se tornaram famosos, pedaços de sonhos transvestidos de poemas no milagre das palavras dos poetas e os retalhos de expressões que ficam marcados na página virgem do corpo de uma revista.

Deus que a proteja. Sou eu que lhe peço. Porque ela é minha filha. Ainda que seja a derradeira ilusão de minha vida, mas a quem eu possa chamá-la de minha!"

Eis aí o retrato de um homem. Um sonhador. Eis aí a sua obra: uma revista - **Nossa Revista**. O que eu desejo, sinceramente, a João Balan, é que o fruto de seu sonho o alimente de satisfação perene, na vida longa de nossa revista de Campinas.

Era o que eu tinha para dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Cunha.

O SR. FERNANDO CUNHA (MDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Já muito se tem dito, nesta Casa, que o MDB não está preparado para assumir o Governo. Outro dia rebati as informações de nossa incompetência política para a organização de diretórios, mostrando que em meu Estado temos praticamente todos os municípios com diretórios organizados, o mesmo não acontecendo com a ARENA.

Agora me chega a notícia de ocorrências com o Prefeito Municipal de Itumbiara, do MDB, Modesto de Carvalho, consagrado nacionalmente por sua obra administrativa.

Com efeito, o Prefeito Modesto de Carvalho, que no ano passado foi escolhido, em pesquisa por organização especializada, como um dos dez melhores prefeitos do Brasil, acaba de ser agraciado pelo jornal **Correio do Recife**, como "homem notícia 1975", recebendo o troféu Conde de Boa Vista e recebendo homenagem especial da Câmara Municipal de Teófilo Otoni, Minas. Receberá, inclusive, o título de sócio honorário da Associação de Imprensa do Rio de Janeiro, em solenidades que contarão com a presença do Presidente daquela entidade, Altemir Pessoa, e do Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Prudente de Moraes Neto.

Em verdade, Sr. Presidente, o Prefeito de Itumbiara, minha cidade natal, tem feito verdadeiros milagres administrativos. Encontrou uma Prefeitura desorganizada, arrasada por dívidas, sem crédito e sem condições de trabalho, com mais de um orçamento comprometido. Em pouco tempo restaurou as finanças municipais. Abriu estradas e construiu escolas. Fez uma obra colossal de saneamento básico e urbanização à beira do rio Paranaíba, que tem chamado a atenção dos administradores de todo o País. Sua rede escolar municipal, hoje, é considerada talvez a maior em cidades do interior brasileiro. Seus funcionários recebem em dia e também seus fornecedores.

Entre várias realizações, destaca-se pela sua popularidade a construção de um moderno estádio, que deverá estar inaugurado no próximo mês de setembro, já apelidado de "Modestão" numa homenagem espontânea da crônica esportiva de todo o País a seu edificador.

Ao registrar estes fatos, mostramos mais uma vez ao Brasil que o MDB sabe administrar. O Prefeito Modesto de Carvalho, com sua obra administrativa já conhecida e reconhecida além fronteiras do Estado de Goiás é um atestado eloquente disso. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está encerrado o período de breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1976.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Em 15 de junho de 1976

Do Líder da ARENA
Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Magalhães Pinto
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente:

Nos termos do § 1º do Art. 10 do Regimento Comum do Congresso Nacional, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador Arnon de Mello, pelo nobre Senhor Senador Mattos Leão, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 1976, que "altera o artigo 29 da Constituição Federal".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Petrônio Portella**, Líder.

Em 15 de junho de 1976.

Do Líder da ARENA
Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Magalhães Pinto
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente:

Nos termos do § 1º do Art. 10 do Regimento Comum do Congresso Nacional, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador Ruy Santos, pelo nobre Senhor Senador Mendes Canale, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 1976, que "altera o artigo 29 da Constituição Federal".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Petrônio Portella**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para designação da Comissão Mista que examinará o Projeto de Lei orçamentária que, nos termos do § 1º do art. 90 do Regimento Comum, deverá ser constituída até a primeira quinzena de junho.

De acordo com as indicações das Lideranças, fica, assim, constituída a referida Comissão:

SENADORES ARENA

Titulares

Alexandre Costa
Cattete Pinheiro
Eurico Rezende
Heitor Dias
Helvidio Nunes
Luiz Cavalcante
Mendes Canale
Otair Becker
Paulo Guerra
Virgílio Távora

Suplentes

Otto Lehmann
Mattos Leão
Ruy Santos

MDB

Titulares

Amaral Peixoto
Dirceu Cardoso
Gilvan Rocha
Lázaro Barboza
Evelásio Vieira

Suplentes

Ruy Carneiro
Orestes Quêrcia

DEPUTADOS ARENA

Titulares

A. H. Cunha Bueno
Abel Ávila
Adriano Valente

Daso Coimbra
Diogo Nomura
Eurico Ribeiro
Fernando Gonçalves
Furtado Leite
Gastão Müller
Gonzaga Vasconcelos
Hélio Mauro
Jorge Arbage
José Machado
Josias Leite
Jutahy Magalhães
Nogueira de Rezende
Norton Macedo
Osmar Leitão
Oswaldo Zanello
Paulino Cícero
Passos Pôrto.
Raimundo Parente
Teotônio Neto
Theódulo Albuquerque
Vasco Neto

Suplentes

Humberto Souto
José Haddad
Lygia Lessa Bastos
Minoru Miyamoto
Nunes Leal
Ulisses Potiguar
Vicente Vuolo
Wilson Braga

MDB

Titulares

Jairo Brum
Joel Ferreira
José Camargo
Júlio Viveiros
Ney Ferreira
Olivir Gabardo
Padre Nobre
Renato Azeredo
Rubem Medina
Vinicius Cansanção
João Arruda
Eloy Lenzi
Noide Cerqueira
Magnus Guimarães
Walber Guimarães
João Cunha
Antonio Carlos
Tarcísio Delgado
Frederico Brandão
Ário Theodoro

Suplentes

Ruy Lino
Marcondes Gadelha
José Carlos Teixeira
Sergio Murillo
Celso Barros
Airtón Sandoval
Fernando Lyra

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 11 horas e 45 minutos.)

ATA DA 120ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE JUNHO DE 1976**2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura****PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO**

Às 18 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Heitor Dias — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

EOS SENHORES DEPUTADOS:**Acre**

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Vivieros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Paraná

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Mprais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses

Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinias — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Cêlio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Dasso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hêlio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria

de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Júnior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novae — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturulli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kiffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Clever-

son Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequet — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 349 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Governo do novo Estado do Rio, que já promoveu o censo do funcionalismo, resultante da fusão dos quadros de pessoal dos ex-GB e RJ, não pode continuar ignorando os momentos de intranquilidade e de dificuldades financeiras enfrentados pelos servidores do ex-RJ, especialmente os funcionários da Justiça de 1ª Instância, sem que lhes sejam reconhecidas a importância e responsabilidade da carreira, como adiante se constata:

Os escrivães, secretários de Justiça de 1ª Instância, com exercício nas diversas Comarcas do Estado do Rio, vivem em permanente luta pela própria sobrevivência, mercê da humilhante remuneração que percebem dos cofres públicos fluminenses. Esses servidores que até o mês passado ganhavam vencimentos mensais entre Cr\$ 650,00 e Cr\$ 800,00 tiveram apenas um aumento de 30%, quando são obrigados a trabalhar de terno e gravata, num expediente de 11 hs. às 17,30, sem direito a nenhuma gratificação ou outra qualquer espécie de benefício.

Ressalte-se que, na gestão do último governador da Velha Província, os servidores do Tribunal de Justiça foram beneficiados com a incorporação nos seus vencimentos de aumentos entre 80% a

90%, sem que esse benefício fosse estendido aos escrivães e escreventes de Justiça de 1ª Instância.

Acresce dizer que num passe de mágica, os escrivães e escreventes que estavam à disposição do Tribunal de Justiça também foram aquinhoados, enquanto a quase totalidade da classe, seus colegas de idênticas funções, foi preterida ou esquecida, situação que perdura até o presente momento, apesar das reiteradas manifestações do Governador Faria Lima no sentido de oferecer melhores condições de vida ao funcionalismo fluminense.

Por outro lado, impõe-se dizer que escreventes e escrivães, com mais de 20 anos de serviço público, estão passando até privações, pelo que não gozam da tranquilidade necessária para desempenhar suas funções.

Tudo isso devidamente considerado levará, por certo, o governante fluminense a adotar as providências necessárias, tendentes ao reajustamento de vencimentos compatíveis com a dignidade das funções, a fim de minorar as dificuldades financeiras desses dedicados servidores da Justiça Fluminense.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nossier Almeida.

O SR. NOSSIER ALMEIDA (ARENA — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, época atrás, ocupei a tribuna desta Casa para uma abordagem oportuna sobre a questão aeroviária brasileira, no âmbito específico da Amazônia.

Reconhecendo no eminente Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Araripe Macedo, uma figura exponencial, e permanentemente voltada para os problemas ligados à sua importante pasta, é imperioso que, a título de colaboração, levemos ao ilustre patricio sugestões sobre a urgente necessidade de estabelecimento de linhas aéreas, capazes de atender a um imenso arquipélago humano, ainda disperso em várias regiões do País.

Esses seriam chamados os vãos de integração nacional, com definida missão sobre grandes áreas geográficas, ainda não colonizadas.

A VASP, a VARIG ou CRUZEIRO DO SUL, além da TRANSBRASIL, poderiam, depois de determinação superior, cobrir rotas de alto interesse social, que melhor se ajustassem às solicitações geoeconômicas locais.

A atual situação não deve persistir, porque vai incidir no agravamento da situação de subdesenvolvimento que ainda subsiste em regiões brasileiras longe do nosso alcance.

O Brigadeiro Araripe Macedo é um patriota altamente sensível às circunstâncias sócio-econômicas modernas. E a concessão de linhas para empresas de aviação virá inegavelmente influir no sentido de aproximar os brasileiros, através de um processo rápido — como o aviatório — segundo o qual a Nação possa conhecer-se a si mesma.

A Região Amazônica, ainda com uma malha rodoviária em formação e com um sistema rudimentar de transporte fluvial, encontrará nas linhas aéreas um decisivo fator de apoio ao processo de ativação do *modus vivendi* amazônico.

Não tenho dúvida de que o ilustre Ministro Araripe Macedo será atento às ponderações aqui alinhadas, e sentir-me-ei profundamente honrado em saber que o tema em questão poderá ser — como espero — incorporado à pauta de ação de S. Exª

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, tudo o que se falar sobre ecologia é pouco. A extinção das fontes e a redução das águas dos rios, a eliminação da fauna — inclusive a microbiana — e a devastação das florestas, o aceleramento da erosão e suas gravíssimas consequências são fatores que devem estar permanentemente presentes no pensamento de todos, sobretudo dos homens públicos responsáveis.

Dai o motivo pelo qual — ao lado de tantos outros pronunciamentos — nesta modesta intervenção, vou ler, para figurar nos Anais da Casa, o magnífico trabalho "Uma Espécie que Morre", de Luiz Carlos Lisboa, publicado no "O Estado de S. Paulo", edição de 26-2-76, cujo teor é o seguinte:

"Uma companhia que se dedica à pesca da baleia e cujos barcos partem do litoral Nordeste brasileiro ameaça encerrar suas atividades, "desempregando mais de 300 pessoas", se forem proibidas por dois anos, como se pretende, a caça e a industrialização daquele cetáceo no Brasil. O que as autoridades visam com essa proibição é evitar o extermínio da espécie, uma das mais perseguidas pelo grande predador que é o homem, em todos os tempos. No mundo, a luta em prol dessa proibição tem encontrado grandes dificuldades nas pressões exercidas por japoneses e soviéticos, os grandes beneficiários desse comércio altamente lucrativo.

Juntamente com as focas, as lontras e as tartarugas marinhas, as baleias têm sido *impiedosamente* maltratadas pela ambição humana. Aqueles que já viram pessoalmente uma grande baleia não vacilam em afirmar que esse animal, quando em liberdade, é uma das maravilhas da natureza. A azul é o maior animal que já existiu na Terra e sua extinção total está muito próxima. Sua pesca tem sido descrita por conservacionistas como "imensa pilhagem de um recurso natural que pertence a todas as nações". Mas a melhor razão para que alguém se oponha a essa mortandade é a supressão da beleza natural num mundo que a cada dia fica mais pobre e mais feio. O horror que os homens fizeram com as grandes cidades, alguns outros querem também instalar nos mares, nos desertos, nas florestas.

A criação de uma consciência ecológica impediria crimes desse tipo, repetidos a cada dia, deixados impunes há alguns séculos. O método cruel de matar baleias com projéteis que explodem em seu corpo é de uma selvageria revoltante e custa acreditar que uma legislação especial não tenha sido criada — principalmente em países que se orgulham de suas preocupações em defesa do bem-estar humano e da vida animal — para proteger esses seres vivos que têm tanto direito à existência quanto nós. Uma longa tradição religiosa que recusava todo respeito em relação aos animais — por serem desprovidos de alma, segundo se dizia e diz — encorajou visivelmente um tratamento rude em relação aos irracionais. Em todos os tempos, é certo, houve sempre pessoas sensíveis aos sofrimentos infligidos aos irracionais, mas predominou sempre a indiferença ou o prazer sádico de abater, de exterminar. O homem descarrega sua agressividade, com suas armas possantes, em seus irmãos sem inteligência. São Francisco de Assis morreria de vergonha, em nosso tempo.

Por volta de 1920, a população mundial de baleias-azuis (cerca de 30 metros de comprimento e peso médio de 140 toneladas) foi estimada em 200.000 animais. A cada ano, quase 30 mil baleias eram arpoadas, nos oceanos do mundo. Durante a temporada de pesca de 1965, só uma baleia azul foi caçada na Antártida. Logo que esse tipo tornou-se escasso, os baleeiros voltaram-se avidamente para o rorqual (média de 20 metros de comprimento e 80 toneladas de peso), que também começa a extinguir-se lentamente. A caça à baleia tem crescido muito no Pacífico Norte, depois que a espécie quase desapareceu da Antártida e das águas da Groenlândia. Segundo Kai Curry-Lindahl, autor de *Ecologia: Conservar para Sobreviver* (edição brasileira da Cultrix), as companhias baleceiras dominam completamente a Comissão Internacional de Pesca à Baleia, organização que tem ignorado sistematicamente as advertências dos conservacionistas para que se tome uma providência imediata no sentido de impedir a

consumação desse crime contra o próprio mundo: a extinção de uma espécie magnífica, inteligente e utilíssima.

Ninguém deseja um colapso total da indústria baleeira, naturalmente. Essa ameaça, no entanto, não pode sobrepor-se ao perigo de desaparecimento da baleia. Uma redução imediata das capturas seria um primeiro passo; a criação desses cetáceos em grandes currais — como se está tentando fazer na União Soviética — é outro. O ideal seria, e isso não é impossível, que as baleias fossem deixadas em paz nos mares da Terra, uma vez que nós podemos muito bem passar sem seu óleo, seu âmbar, sua carne, suas barbatanas. Só não podemos prescindir da natureza, da qual somos provenientes — embora filhos comprovadamente ingratos. As conveniências da indústria não podem deixar de ser colocadas abaixo da necessidade humana de sobrevivência neste planeta — e a existência de uma espécie animal tem muita relação com a existência desse outro animal, o homem.

Além do mais, é bom olhar para a baleia como um exemplo. Esse imenso cetáceo é essencialmente pacífico — exceção feita a algumas famílias, de tamanho menor, relativamente agressivas. Os baleeiros russos e japoneses costumam perseguir as fêmeas quando elas se fazem deixar-se acompanhar de filhotes. Nessas ocasiões, as mães preferem deixar-se apanhar a se separarem das crias. Solta na imensidão dos mares, a baleia não deve ser vista como uma utilidade em potencial, mas como um ser vivo a mais nesse concerto extraordinário que é a vida em seu conjunto, das formas mais elementares à expressão mais sofisticada da criação, que é o homem, sede do Espírito.

O primeiro ato de defesa dos mamíferos marinhos, oficialmente assumido no mundo, foi uma lei de 1972 aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos. Ela não apenas regula a proteção às baleias, golfinhos e toninhas, como proíbe a importação de produtos desses animais. Pouca coisa mais foi feita em outros países, visando a esse tipo de proteção. A proibição de pesca por dois anos, no Brasil, seria um ato positivo na melhor direção. Outros interesses não devem pesar, no momento. Acima e antes de tudo está em jogo o equilíbrio dos ecossistemas, da natureza, no mundo em que vivemos todos. É preciso que este planeta seja devolvido à sua pureza original, pelo menos — quando outra coisa não for possível — no plano físico."

O que está acontecendo no Brasil, em relação à pesca da baleia, coloca nosso País em situação vergonhosa em relação à Argentina, o Uruguai, o Chile, o Canadá, os EUA, a Inglaterra e tantas outras nações. Os que lutam para que continue sendo mantido este deprimente estado de coisas apenas defendem lucros, em prejuízo, inclusive, do futuro da humanidade.

O Dr. Paulo Nogueira Neto, Secretário de Meio Ambiente, prestará depoimento, no próximo dia 24, na Comissão de Agricultura e Política Rural, relatando, inclusive, a luta que vem sendo travada entre os órgãos do Governo e a única organização que vem atuando a arca, em prejuízo dos interesses nacionais.

Em outro pronunciamento, feito há dias, destacamos que o Presidente Médici foi muito aplaudido quando decretou as 200 milhas. E se o General Geisel decretar a proibição da pesca das baleias em águas territoriais receberá os aplausos desta e das gerações vindouras.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no passado, cuidou-se, com a dedicação devida, de dotar a fronteira, em Rondônia, de uma rede de escolas primárias e postos médicos localizados no Vale do Guaporé. Daí a construção de escolas em

Surpresa, Forte Príncipe de Beira, Laranjeiras e Pimenteiras, e os postos médicos de Costa Marques, Pedras Negras, Ilhas das Flores e Limoeiro. Hoje, essas escolas e postos médicos se acham praticamente abandonados, com os prédios a reclamar recuperação.

O programa de educação da fronteira deixou de ser prioritário. Basta que se verifique o abandono desse setor em Rondônia. A faixa de fronteira está a reclamar uma vigorosa política de Governo, com relação ao seu povoamento e amparo das populações lindeiras.

É preciso que alguém se lembre das populações do Vale do Guaporé. Não basta as viagens do Governador do Território, sempre espalhafatosas em publicidade, uma vez por ano, como a que foi realizada em abril, nada solucionando em caráter permanente para os nossos ribeirinhos.

Quando será reaparelhado o serviço de navegação do Guaporé?

Sobre o ensino em Guajará-Mirim, são oportunos as indagações que procedemos a seguir.

É verdade que a professora Maria das Graças Lustosa atua no Colégio Paulo Saldanha como coordenadora, no lugar de professores com grau universitário, sendo que ela, muito jovem, sem experiência, pouco entende de administração escolar, pois tem um curso de apenas 10 dias, em Porto Velho, sem nunca ter exercido o magistério primário?

É verdade que os professores reagem à presença da coordenadora, que assiste às suas aulas, causando-lhes constrangimentos, tirando-lhes a liberdade, com o uso de umas fichas para anotações denominadas "Avaliação", com o que ninguém concorda, pois que impostas sem votação da congregação de professores?

É verdade que foi criada a denominada recuperação imediata, que não é aceita pelo corpo de professores, e que aqueles com cursos superiores se acham prejudicados?

É verdade que os professores capacitados e formados são perseguidos no Colégio e marginalizados pelos chefes?

É verdade que, se um aluno não puder comprar uma bolsa para conduzir seus objetos escolares, é obrigado a voltar para casa e não pode assistir às aulas?

É verdade que é grande o número de suspensões arbitrárias aplicadas aos alunos, por 15, 12 e 8 dias?

É verdade que no Colégio Paulo Saldanha há uma professora de Português, de nacionalidade boliviana, que, embora dedicada, pouca gente entende o que ela diz, e que fala mais de sexo do que mesmo de Português?

É verdade, finalmente, que no ensino primário há diretoras leigas dando ordens a professoras formadas?

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nina Ribeiro.

O SR. NINA RIBEIRO (ARENA — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tivemos ocasião de participar, domingo último, de missa comemorativa dos 25 de existência do jornal *Última Hora*. Queremos, Sr. Presidente, nesta oportunidade, fazer especial registro a esse evento, ao mesmo tempo em que, na pessoa de Ary Carvalho, Diretor-Presidente, de Luiz Fernando Pinto Veiga, Diretor-Comercial, de Pery Cota, Diretor de Redação, e de Heitor Carreal, nos congratulamos com quantos labutaram naquele jornal que, por seu padrão técnico, por seus idealismo e tradição, atingiu um dos lugares mais altos na Imprensa brasileira.

Na verdade, a edição comemorativa lançada domingo vem ilustrar, por múltiplos aspectos, o que de melhor temos no jornalismo pátrio. Além de importante entrevista de Afonso Arinos de Melo Franco sobre a atual conjuntura brasileira, temos também matérias de Wanderlei Guilherme, Carlos Chagas — o articulista cotidiano do jornal — e muitas outras que espelham os mais altivos ideais do jornalismo brasileiro.

As recentes campanhas encetadas por esse jornal, nas quais também nos empenhamos — como a levada a efeito contra a excessiva cobrança da taxa de lixo que atinge o meu Município, o Rio de Janeiro — bem demonstram essas qualidades. Também em *Última*

Hora o consumidor encontra uma tribuna das mais ativas. Neste particular, junto minha modesta pena à dessa plêiade de articulistas, homens com que muito tenho a aprender, mas com quem pulso em sinceridade e idealismo, ao escrever coluna semanal em defesa do consumidor.

Exaltando o procedimento de toda a equipe que trabalha em **Última Hora** e comungando com a luta desses bravos homens é que registro o 25º aniversário desse extraordinário órgão de Imprensa, sem dúvida alguma merecedor do apreço desta Casa e de todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, empossaram-se no mês findo, na cidade do Rio de Janeiro, em expressiva solenidade realizada no tradicional Clube Monte Líbano, na Diretoria das Regionais Norte e Centro-Sul, da Associação de Hospitais do Estado do Rio de Janeiro, os Drs. Álvaro Menna Barreto e José Elias Aloan, respectivamente.

São dois nomes da mais alta expressão na medicina, e me permito focalizar, por conhecer-lhe mais de perto, os méritos, a cultura e a obra do Dr. José Elias Aloan, um dileto amigo e exemplar profissional.

A Associação de Hospitais do Estado do Rio de Janeiro congrega mais de 350 unidades hospitalares — hospitais, casas de saúde, clínicas e sanatórios — realizando, como atividade não-governamental, meritório trabalho que tem visível interesse social e comunitário. Fundada por decisão dos responsáveis pela direção dos estabelecimentos hospitalares do Estado em 15 de março do ano passado, já conta com uma série de proveitosas iniciativas, fruto do dinamismo do seu presidente, o Dr. Múnsur J. Mansur, destacando-se dentre elas o "Ciclo de Palestras sobre o Sistema Nacional de Controle e Pagamento de Contas Hospitalares", com os seguintes objetivos e programa:

— OBJETIVOS

O Curso visa a levar ao aluno as novas técnicas a serem adotadas pelo INPS em relação aos hospitais contratados e convenientes, quanto aos procedimentos relativos à cobrança dos serviços prestados aos beneficiários da Previdência Social, vinculados ao INPS, em face da implantação do Sistema Nacional de Controle e Pagamento de Contas Hospitalares.

II — PROGRAMA

1 — Projeto de Revisão e Pagamento de Contas Hospitalares

- apresentação
- estudo do projeto
- trabalho de grupo

2 — Noções de Processamento

- apresentação
- estudo do processamento
- apresentação de apostila

3 — Operacionalização

- documentos de entrada
- documentos de saída
- painéis
- apostila."

Igualmente a AHERJ proporcionou uma série de cursos especiais, destacando-se:

"Formação e Treinamento de Recepcionistas Hospitalares

Arquivo Médico e Estatística Hospitalar
Implantação do Sistema Integrado de Medicina

Estrutura e Análise de Balanço Interpretação da Previdência Social."

Para julho próximo, com a valiosa colaboração do Professor Samuel de Souza Maciel, seu coordenador-geral, estão previstos dois cursos especiais:

1º Formação e Treinamento de Recepcionistas Hospitalares;

2º Interpretação da Previdência Social."

Ainda a Associação, através de convênio, deverá ministrar, em agosto, no Rio de Janeiro e nas Capitais de Goiás e Espírito Santo, simultaneamente, um curso de alto nível destinado a Executivos Hospitalares.

Registro, portanto, desta tribuna do Congresso Nacional, a posse do Dr. José Elias Aloan, cuja Casa de Saúde Dr. Aloan tantos serviços tem prestado ao bairro de São Cristóvão e adjacências, sendo um modelo de iniciativa privada. Quando ainda Vice-Governador do Estado da Guanabara, tive oportunidade de visitá-la, em companhia do Deputado José Pinto, hoje eminente Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, e do Dr. José Puoci, Administrador Regional de São Cristóvão. Impressionou-me a ordem e a qualidade dos serviços médicos ali ministrados. Por certo o Dr. José Elias Aloan, que presta humanitariamente a tantos necessitados assistência gratuita, na Associação de Hospitais do Estado do Rio de Janeiro, levará para a entidade, além do seu tino administrativo, o seu alto espírito de servir, demonstrados na sua própria clínica.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Estado do Rio de Janeiro carece de um crescimento uniforme, sem distinção de áreas geográficas ou econômicas, visando a gerar forças iguais em todos os pólos, para que se realize o ideal maior da fusão: o estabelecimento de um real equilíbrio. Este equilíbrio seria capaz de superar as atuais distorções, marcadas pelo desenvolvimento desordenado e o esvaziamento sócio-econômicos de uma e outras regiões fluminenses.

Neste sentido, Sr. Presidente, o Estado do Rio de Janeiro precisa ser visto como um todo, tirando-se determinados municípios do isolamento em que se encontram, não por culpa deles mesmos, mas pela ausência de uma melhor programação que os colocasse em condições de atenderem a suas necessidades básicas. É preciso manter a população no meio ambiente, propiciando-lhe meios para não se afastar, em busca de centros maiores, onde melhores ofertas salariais e de emprego fossem conseguidas.

Neste quadro, podemos incluir o Município do Carmo, no Centro-Norte fluminense, que depende de onze quilômetros de asfalto para estar ligado à BR-393 — trecho da Rio-Bahia, na altura da cidade mineira de Além-Paraíba.

Entretanto, esta obra pouco significará para a cidade de Carmo, se a Secretaria de Transportes do Estado do Rio de Janeiro não incluir em seus programas prioritários a conclusão da Rodovia RJ-144 - Carmo-Duas Barras, necessária à interligação de todo o Centro-Norte fluminense com o Município de Nova Friburgo.

Atualmente a base econômica do Município do Carmo é a pecuária. Apenas cinco pequenas indústrias se fixaram na cidade, nos setores da fiação e da fundição, que em pouco ajudam na receita municipal, pequena e insuficiente para até mesmo manter conservadas as estradas vicinais.

E se mantida for a situação atual, de isolamento do centro do Município da BR-393; se não for asfaltada a Rodovia Carmo-Duas Barras, o Governo estará condenando o Município do Carmo a um desaparecimento por inanição, por absoluta falta de recursos, quando, em contrapartida, a região oferece condições excepcionais para tornar-se um dos maiores centros industriais do Estado do Rio

de Janeiro, na projeção centro-norte, graças à sua localização, de todo privilegiada.

Mas, Sr. Presidente, o Município do Carmo, apesar de sua importância como pólo de desenvolvimento a ser explorado, vive hoje a angústia de não poder, ao menos, escoar toda sua produção agrícola e pecuária, em razão de suas estradas estarem em condições precárias, quase inservíveis.

Há um contraste terrível entre a área urbana e a zona rural, no Carmo, sobretudo em relação ao estado de conservação das vias de comunicação, ao atendimento médico e à situação sanitária.

Verificando-se esta distorção dentro do próprio município, maior se torna a necessidade de reclamar assistência por parte do governo do Estado do Rio de Janeiro, que já tem dado provas suficientes de seu maior interesse na solução de todos os problemas do Estado do Rio de Janeiro.

Mas se não houver a interiorização do Governo, conduzindo projetos industriais, melhorando a vida rural, dando assistência técnica, econômica e financeira à pecuária, o Estado do Rio de Janeiro continuará sofrendo o seu atual e perigoso desequilíbrio sócio-econômico, distorcido na distribuição de sua população, congestionado em alguns setores e oferecendo áreas vazias em muitos outros.

É preciso cobrir os espaços vazios no território fluminense. E para se conseguir este ideal, sem desprezar os maiores centros, o Governo pode e deve partir para o interior, dinamizando, oferecendo condições, dando recursos.

O Município do Carmo, por meu intermédio, desta tribuna da Câmara dos Deputados, fala ao Governador Faria Lima, do Estado do Rio de Janeiro, dizendo que precisa desenvolver-se, tornar-se grande, capaz de superar o seu atual estágio, que não diz bem de sua grande tradição nem reflete sua potencialidade, que espera ser dinamizada.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Cunha.

O SR. FERNANDO CUNHA (MDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Governo, tentando incentivar a agricultura, concedeu subsídios na ordem de 40% para os insumos básicos. A medida, evidentemente, produziu frutos e, neste ano, tivemos um sensível aumento de produção, sendo os subsídios aos insumos um dos principais fatores do aumento de produtividade.

Entretanto, são públicas e notórias as dificuldades por que passam os ruralistas brasileiros, notadamente no meu Estado, dificuldades estas de comercialização, em virtude de preços baixos, de estocagem, uma vez que existe um **deficit** muito grande de armazéns e silos, de secagem e até de benefício.

São dificuldades enormes, mas a todas o ruralista vai vencendo com sua persistência, seu apego ao trabalho e sua vontade de vencer.

Por outro lado, Sr. Presidente, na área governamental volta e meia surgem providências que infelizmente atrapalha de todas as maneiras o trabalho do agricultor: é o Seguro Rural que não existe, com o PROAGRO cobrindo apenas parte dos financiamentos; são preços mínimos insuficientes. Enfim, quase tudo conspira contra o homem que realmente constrói a economia deste País.

Recentemente, tomamos conhecimento de que o Banco do Brasil suspendeu o subsídio de quarenta por cento aos produtores que estiverem em débito com o Banco. Ora, a medida poderia, é bem verdade, ser adotada contra aqueles maus produtores que fizeram mal uso do incentivo, que deviam dinheiro, que, enfim, se tornaram falstosos por culpa própria. Nunca, porém, poderia ser generalizada. Nesta altura dos acontecimentos, quem vendeu sua safra de arroz, por exemplo, o fez com prejuízo. A maioria precisa aguardar a melhoria do mercado para vendê-la.

Não é possível, pois, que o Banco do Brasil já considere esses devedores como inadimplentes e, em consequência, lhes negue o incentivo dos insumos básicos.

Fica aqui o nosso apelo, dirigido à direção do Banco do Brasil, principalmente ao Dr. Antônio Alvarez, novo diretor da Carteira Agrícola, homem profundo conhecedor do problema rural brasileiro e que, sem dúvida alguma, sabe perfeitamente bem que a medida é errada. Que se dê um prazo de 90 ou 120 dias para que se paguem as dívidas do ano anterior, para depois se negar o incentivo. Não é possível que o Brasil force a venda do produto agora, quando quem vender vai ter prejuízo.

Fica, pois, o nosso apelo.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joaquim Bevilacqua.

O SR. JOAQUIM BEVILACQUA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Lamento, Senhor Presidente, que ainda desta vez não seja possível submeter à votação do Congresso Nacional a proposta de Emenda Constitucional sob nº 4, de minha iniciativa e subscrita por quase 140 parlamentares de ambos os partidos. Aprovada a modificação, estaríamos fazendo justiça às "estâncias hidrominerais", ou mais precisamente às suas populações, no que se refere à autonomia política para livre escolha dos prefeitos e vice-prefeitos.

Entretanto, Senhor Presidente, sendo certo que não haverá **quorum** na Sessão especialmente designada para tal fim e que ora se realiza, apresso-me a registrar ligeiras considerações em torno da modificação da alínea a do § 1º do art. 15 da Carta em vigor. Na verdade, verdadeira **capitis diminutio** a permanência das restrições políticas às estâncias hidrominerais, talvez com maior razão ainda do que com relação às capitais e áreas de segurança. Com relação a essas últimas, também não concordamos, mas forçoso é admitir que os argumentos em favor da esdrúxula tese — embora falhos, porque antidemocráticos — subsistem tênueamente à luz dos princípios autocráticos e centralizadores que ainda informam nossa Lei Maior. Contudo, inexistente razão — qualquer que seja — ou argumento, por mais débil, que possa embasar a perda da autonomia das estâncias hidrominerais. Perguntar-se-ia, apenas, e para não incorrer em fastídio: por que as **estâncias hidrominerais** somente, e não também as **estâncias climáticas**? Ambas recebem (em tese) auxílios e subvenções de fundos específicos. **Sintonia** administrativa entre Prefeitos e Governadores? E o que ocorre nas **climáticas**, onde muitas vezes o Prefeito é oposição ao Governo do Estado? Ou nos outros numerosos municípios sob domínio da oposição? Esse raciocínio — de **sintonia** — levaria, fatalmente, a julgarmos necessário um partido único, sob pena de se comprometer o desenvolvimento da Nação.

Não. Rejeita-se **in limine**, pelo absurdo, tal invocação. Mesmo porque em São Paulo, por exemplo, os Prefeitos das 14 (quatorze) estâncias são nomeados pelo Governador mediante prévia aprovação da Assembléia, cuja maioria é do MDB, tornando-se clara, portanto, que a **sintonia** é relativa, e que a escolha envolve solução de compromisso.

Sendo que esse não constitui, portanto, argumento válido, nenhum outro existe.

Mas, Senhor Presidente, ainda não será agora, infelizmente, que o Congresso Nacional fará justiça às estâncias hidrominerais. O prazo para tramitação da Emenda se encerra no dia 18 (dezoito) próximo, e não haverá tempo hábil para que retorne a plenário. Voltaremos ao assunto na próxima sessão legislativa, assim como já o fizemos na sessão passada.

Não obstante, queremos também consignar nossa repulsa e nossa contradição à atitude do Governador de São Paulo, prometendo vetar Projeto de Lei que visa extinguir as **estâncias hidrominerais** paulistas, de autoria, aliás, de deputado arenista. Sua Excelência, antecipando-se até mesmo ao veredicto da Egrégia Assembléia Legislativa, dá pública demonstração de que não pratica o que prega, ou seja, a democracia plena. Primeiro, reveste-se a manifestação de

profunda desconsideração ao Poder Legislativo (que ainda não se manifestou a respeito do assunto). Segundo, é de se estranhar que Sua Excelência tema o julgamento popular dos eleitores das estâncias, quando apela, com insistência, ao eleitorado paulista, pedindo-lhe apoio — e nesse eleitorado estão incluídos os habitantes dessas estâncias. Ora, quem não confia não pode merecer, nem reivindicar, confiança...

Encerro, Senhor Presidente e Senhores Congressistas, estas minhas palavras, na firme esperança de que em breve possamos restabelecer a autonomia política, não só das estâncias, como também das capitais e das áreas de segurança, por ser medida de inteira justiça, acorde com os ideais de liberdade e democracia que informam a vida pública brasileira.

Era o que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está encerrado o período de breves comunicações. (Pausa.)

Nos termos do § 3º do artigo 47 da Constituição, foram encaminhadas à Presidência as Propostas de Emenda à Constituição nºs 19 e 21, de 1976.

Com vistas à leitura das matérias e demais providências necessárias à sua tramitação, convoco sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas e 30 minutos, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1976, que dá nova redação à alínea a, do § 1º, do art. 15, da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969), tendo

PARECER, sob nº 44, de 1976-CN, da Comissão Mista, contrário, com voto vencido, em separado, do Deputado Ademar Pereira e voto vencido dos Deputados Magnus Guimarães, Sílvio Abreu Júnior e do Senador Nelson Carneiro.

De acordo com o disposto no art. 80, do Regimento Comum, a votação será feita pelo processo nominal.

Sendo evidente a falta de **quorum**, em plenário, deixa de ser procedida a votação da matéria.

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 5 minutos.*)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

**2ª Edição Revista e Atualizada — 1975
VOLUME COM 288 PÁGINAS — Preço: Cr\$ 30,00
CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:**

Emendas Constitucionais nº 1, de 17 de outubro de 1969, nº 2, de 9 de maio de 1972, nº 3, de 15 de junho de 1972, nº 4, de 23 de abril de 1975, e nº 5, de 28 de junho de 1975.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

**Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de reembolso postal.**

SEGURANÇA NACIONAL

I — Legislação Constitucional

II — Quadro Comparativo: Decreto-Lei nº 898/69
Decreto-Lei nº 510/69
Decreto-Lei nº 314/67
Lei nº 1.802/53

III — Notas

IV — Jurisprudência

"Revista de Informação Legislativa" nº 39

421 páginas

PREÇO: Cr\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

TRÂNSITO

Legislação atualizada
Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados
Legislação especial e correlata
Ilícitos penais do Trânsito
Resoluções do CONTRAN
Notas — Comparações — Remissões
Furto de uso

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

PREÇO: Cr\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo 1, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas.

PREÇO: Cr\$ 35,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Edição: agosto de 1974

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo 1, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

REGISTROS PÚBLICOS

nova lei anotada

- Redação atualizada da Lei nº 6.015/73, com as alterações das Leis nºs 6.140/74 e 6.216/75, contendo notas explicativas e remissivas;
- Redação vigente do Decreto nº 4.857, de 9-11-1939, seguida de notas explicativas do seu texto, com apresentação das redações anteriores.

"Revista de Informação Legislativa" nº 46

328 páginas

PREÇO: Cr\$ 30,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CÓDIGO PENAL MILITAR

Quadro Comparativo

- Decreto-Lei nº 1.001/69
- Decreto-Lei nº 6.227/44

Contendo ainda textos do Anteprojeto (Ivo D'Aquino), Exposição de Motivos (Min. Gama e Silva), Código de Processo Penal Militar, Lei de Organização Judiciária Militar e ementário de legislação sobre Justiça Militar e Segurança Nacional.

"Revista de Informação Legislativa" nº 26

439 páginas

PREÇO: Cr\$ 20,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50